

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA EXTENSÃO ACADÊMICA PARA A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

*Leandro Rodrigues Doroteu**

*Rafael Branquinho da Cunha***

*José do Nascimento Rêgo Martins****

RESUMO: Este artigo apresenta a importância estratégica da extensão acadêmica para a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) a partir do credenciamento do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). O objetivo geral é demonstrar a importância estratégica da extensão para a PMDF. Como objetivos específicos buscou-se conhecer e analisar o ensino na PMDF e sua história e relacionar a atividade fim da PMDF com a extensão acadêmica. O procedimento metodológico teve base em análise documental e bibliográfica. Frisa-se que a extensão na PMDF ocorre na atividade fim e nas ações sociais praticadas na instituição por meio de criação dos núcleos de extensão. Como resultado, destaca-se a necessidade de adoção de medidas no sentido de relacionar o ensino e a pesquisa realizados no ISCP com a área operacional da PMDF.

Palavras-chave: Instituto Superior de Ciências Policiais. Distrito Federal. Extensão. Estratégia.

* Doutorando em Ciências Contábeis, linha de pesquisa Controladoria, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Linguística pela Universidade de Franca UNIFRAN (2013). Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo CAES Academia de Polícia Militar do Barro Branco SP (2014) Mestre em Administração, área de concentração Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) pela UnB (2019). Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2018). Pedagogia (2017) pelo Instituto Superior Albert Einstein, Letras (2015) e Direito (2006) pela Universidade Paulista e graduação em Curso de Formação de Oficiais (atual Bacharelado em Ciências Policiais) pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (2000). Pós graduação em Docência do Ensino Superior (2004) em Direito Público - administrativo, constitucional e tributário - (2006), em Direito Empresarial (2013), em Formação Docente para Educação a Distância (2018), e MBA Executivo Empresarial em Gestão Estratégica de Recursos Humanos (2015) em Gestão de Processos Acadêmicos (2014). De junho de 2015 a janeiro de 2019 foi professor e Coordenador dos cursos de Ciências Policiais e Tecnólogo em Segurança Pública do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). Atualmente ocupa o posto de Major da PMDF é Chefe da Assessoria Técnico-jurídica do Departamento de Logística e Finanças.

** Bacharel em Ciências Policiais pela Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNIEURO. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).

*** Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Brasília, com Especializações Lato Sensu em: Ciência Política – UNILEGIS/UFMS, Direito Público – Faculdade Processus/DF, Aperfeiçoamento de Oficiais na área de Gestão de Segurança Pública, Docência do Ensino Superior – e Gestão Estratégica em Segurança Pública ISCP/PMDF.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a importância estratégica da extensão acadêmica para a PMDF. Nesse sentido, buscou-se responder à seguinte pergunta: qual é a importância estratégica da extensão acadêmica, enquanto prática pedagógica da educação superior na PMDF? A hipótese principal é que a extensão acadêmica na PMDF tem importância estratégica uma vez que será instrumento eficaz para interligar a atividade fim prestada pela corporação, qual seja a preservação da ordem pública por meio do policiamento ostensivo e preventivo e as ações sociais, enquanto prevenção primária à criminalidade, ao atual cenário acadêmico de ensino e pesquisa ratificado na corporação a partir do credenciamento do ISCP junto ao Ministério da Educação (MEC).

Segundo estudo de Cruz e Carvalho (2007, p. 144), a extensão acadêmica tem origem na primeira universidade da Europa, no século X (1158), em Bolonha, na França. Nesse período, a universidade ainda medieval irradiava a cultura para além do ambiente acadêmico em diversos segmentos a sociedade. Nogueira (2000, p. 11) leciona que “a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”. No presente trabalho a extensão acadêmica será apresentada como uma ferramenta da segurança pública.

O principal objetivo deste estudo é analisar a importância estratégica da extensão acadêmica para a PMDF segundo a legislação aplicada à corporação. Além disso, também abordará o ensino na PMDF, buscando relacionar a atividade fim da PMDF com a atividade de extensão acadêmica. Essa relação é de extrema importância estratégica pois estabelece, a longo prazo, efeitos sólidos e duradouros a favor da instituição e da sociedade. Este propósito será conseguido mediante da revisão bibliográfica e análise documental.

A hipótese principal é que essa extensão acadêmica na PMDF tem

importância estratégica porque será instrumento eficiente, eficaz e efetivo para interligar a atividade fim prestada pela Corporação, que é a “segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência” (DISTRITO FEDERAL. PMDF, 2015), ao ISCP, como fonte de ensino e pesquisa da Corporação.

A seguir, serão discutidos os tópicos referentes à educação na PMDF ao longo da história, conceito e história da extensão em educação superior; o credenciamento do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), resultados e conclusão.

2. A EDUCAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL AO LONGO DA HISTÓRIA

A educação na PMDF passou por fases que vão desde ao ensino tecnicista (formação) até a denominada instrução, em nível rudimentar para pessoas de pouca formação educacional. Na atualidade, com a implementação do ISCP, os concursos que trouxeram a exigência do diploma de curso de nível superior como requisito ao ingresso na corporação (BRASIL, 2009). No ensino assistencial destaca-se a criação do Colégio Militar Tiradentes (CMT) para oferta de educação básica para os dependentes dos policiais militares e para a comunidade.

Nas primeiras décadas de existência da PMDF no Planalto Central, até a década de 1980, pode-se verificar a influência normativa e doutrinária do Exército Brasileiro (EB). A PMDF carecia de autonomia organizacional e havia heranças culturais da PM da Guanabara, que depois viria a tornar-se a PMERJ, e da Guarda Especial de Brasília, bem como a forte influência da Doutrina de Segurança Nacional (DOS ANJOS, 2013).

Nesse período, além de uma instituição fechada as práticas eram violentas, autoritárias e voltadas a uma cultura beligerante. Ainda não havia na PMDF centros especializados em educação s cursos de formação e especialização que

aconteciam nos Batalhões em instruções voltadas para a práxis policial de enfrentamento da violência em ambiente hostil, marcado pela pobreza, violência e escassez de meios e infraestrutura, próprias do Brasil nas décadas de 1960 a 1980 (MEDEIROS, 2017).

Nesse período tanto na formação de Praças quanto na formação de Oficiais, o ensino não era prioridade para a instituição. A prioridade era formação mínima que por muito tempo se denominou “adestramento” no pior sentido behaviorista da palavra.

A partir da segunda metade da década de 1990, a PMDF passou por um processo de busca de melhoria na sua educação. O nível de instrução para o ingresso evoluiu da exigência de conclusão do 1º grau, depois segundo grau em 1998, e em 2009, diploma de curso superior em qualquer área para todos os quadros.

Entre 1995 e 1996, ingressaram as primeiras turmas de Oficiais e Soldados que realizaram concurso organizado pela Universidade de Brasília (UnB) por meio do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE). Uma verdadeira revolução para a instituição. Antes disso, a seleção era sempre pautada por falta de regras claras, seleções sumárias e não muito criteriosas.

No início da década de 1990, foram criados dois centros de formação policial militar. Para os oficiais, surgiu a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) em 1989 (com início das atividades em 1990), funcionando no Setor Policial Sul em Brasília, e para as Praças, surgiu o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) por volta de 1992, com funcionamento em Taguatinga.

Outro fato que marcou um avanço na educação foi a edição da Portaria PMDF nº 205 de 17 de outubro de 1998 que autorizava o policial estudar, tendo a administração militar que adaptar sua escala para que o profissional tivesse esse direito garantido. Essa medida permitiu que diversos policiais militares se motivassem a estudar e crescer intelectualmente, trazendo logo em seguida os conhecimentos adquiridos para dentro da instituição (DISTRITO FEDERAL, 1998).

No caminhar do avanço, houve em 2005 a edição da Lei nº 11.134 que alterou dispositivo do Estatuto dos Policiais Militares da PMDF, que passou a exigir curso de nível médio ou superior como requisito para o ingresso nas carreiras da PMDF (BRASIL, 2005). Essa lei foi questionada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e apenas no ano de 2009, com a sanção da lei 12.086 foi que a PMDF deu como certa a exigência do diploma de nível superior como requisito para ingresso em qualquer dos quadros da PMDF (BRASIL, 2009).

Outras medidas modernizadoras da educação foram: 1) a instituição do Fundo Constitucional para a Segurança Pública do DF; 2) convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP); 3) adesão a Programas como o Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI); 5) paulatina melhoria na identidade visual da PMDF com aquisição de viaturas mais modernas e fardamento mais adequado, moderno e melhor apresentado; e 5) o lançamento do Projeto Policial do Futuro iniciado em 2008 e a partir de 2009 a instituição pagou curso superior de Tecnólogo em Segurança e Ordem Pública para cinco mil policiais que não possuíam formação superior.

3. O CREDENCIAMENTO DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS (ISCP) E A EXTENSÃO ACADÊMICA NA PMDF

Como decorrência do Projeto Policial do Futuro, efetivado por meio de contrato com a Universidade Católica de Brasília (UCB) e regulado pela Portaria PMDF nº 671, de 21 de julho de 2009, alterada pela Portaria PMDF nº 702, de 22 de março de 2010, iniciou-se em 2010 os primeiros trabalhos para o credenciamento de uma Instituição de Educação Superior (IES) junto ao Ministério da Educação. Após a elaboração e submissão do Projeto de Desenvolvimento Institucional, no ano de 2013, por meio da Portaria nº 716, de 8 de agosto de 2013, do Ministério da

Educação (MEC), deu-se o credenciamento do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), reconhecendo a primeira IES do Brasil que tem como mantenedora uma Polícia Militar.

A estrutura do ISCP confunde-se com o Departamento de Educação e Cultura (DEC), criado por meio do Decreto Federal nº 7.165/2009 e Decreto GDF nº 31.793/2009 (atualmente revogado pelo Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016). As Diretorias do DEC assumiram as funções de pró-reitorias (de Formação, Ensino Assistencial, Pesquisa e Cultura) e a Pró-reitoria de Aperfeiçoamento e Extensão (DAE) passou a gerir os cursos de aperfeiçoamento e altos estudos da Corporação e tem a incumbência de administrar a extensão na PMDF.

A instituição ainda se abriu para o financiamento da pós-graduação *lato sensu* no Centro Universitário UNICEUB, UCB e Fundação Getúlio Vargas (FGV), essa última com oferecimento de cursos nas áreas de formação corporativa e de gestão empresarial (*Master Business Administration – MBA*) e, ainda, dez vagas na pós-graduação *stricto sensu* em Ciência Política no Centro Universitário Euro Americano.

Por meio da Portaria 919 de 16 de agosto de 2017 o Instituto Superior de Ciências Policiais foi credenciado como instituição de Educação a Distância, sendo estes os marcos normativos durante a história recente da PMDF.

3.1 ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA PMDF

A atividade de extensão acadêmica pode ser entendida como toda e qualquer iniciativa de Instituição de Educação Superior (IES) em levar para a sociedade os frutos dos trabalhos de ensino e pesquisa realizados na IES.

Nesse aspecto, pode-se dizer que o conhecimento formado na PMDF por meio de seus cursos de ensino superior tem objetivo claro de cumprir a missão constitucional da instituição em proteger a

sociedade por meio da preservação da ordem pública.

Afinal, é o que impõe o texto constitucional a seguir:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...] V - polícias militares

[...] § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; (BRASIL, 1988)

Na PMDF, a prática extensionista ainda é esparsa e se confunde com ações sociais desenvolvidas de forma centralizada e alinhada ao Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 (Portaria PMDF nº 976 de 30 de junho de 2015), sob a gestão do Centro de Políticas Públicas (CPP), e em outra vertente, ações sociais realizadas nos batalhões da PMDF, como escolinhas de futebol, artes marciais, entre outras ações dessa natureza. Como ferramenta de prevenção primária e pelas características das atividades extensivas que levam o ensino e a pesquisa para além dos muros da IES, pensamos que estas ações podem ser entendidas como extensão acadêmica.

Em havendo esse entendimento, seria mister que a gestão estratégica da Corporação criasse uma ligação direta entre os órgãos de execução (atividade fim) com o Instituto Superior de Ciências Policiais como ponte que encurtasse o caminho que leva o saber formado até a prática realizada no dia-a-dia das ruas, ou seja, o policiamento realizado nos Batalhões da PMDF.

Reconhecer a atividade fim da PMDF como extensão acadêmica eleva o Departamento Operacional (DOp) da instituição como um grandioso núcleo vivo e robusto de extensão acadêmica jamais imaginado por uma Universidade. Haveria uma Unidade Federativa inteira e dezenas de núcleos de prática extensiva como laboratórios em que se desenvolve o saber acadêmico em tempo real. As experiências práticas do cotidiano policial sendo monitoradas e estudadas *in time* por uma IES.

O credenciamento do ISCP como IES proporcionou uma Polícia Militar mais técnica, que se reinventa, que atrai melhores profissionais, de nível superior e com melhor remuneração, melhores equipamentos e logística em geral, quartéis novos, fardamento mais moderno, uma marca mais forte e presente em todos os cantos da sociedade (capilaridade de mercado).

A PMDF, desaguando com o credenciamento do ISCP como instituição pública de ensino superior, está alcançando um nível de excelência e qualidade de serviço prestado crescente. É certo que muito há para melhorar e que ainda temos gargalos e ações isoladas que maculam a imagem corporativa. Porém, erros grosseiros, ações isoladas, práticas espúrias, corrupção entre outros desvios de condutas, têm sido cada vez mais raros dentro da Corporação.

Por tais razões se defende a criação de um elo mais forte entre o ensino e a pesquisa desenvolvidos no ISCP com a práxis policial realizada nas Unidades Operacionais da PMDF, tendo como atores o DOP, os Comandos Regionais, o ISCP, a DAE, seções do EM como a inteligência estratégica, gestão estratégica, EM-10 (ensino) e EM-11 (qualidade) dentre outros que favoreçam o fortalecimento da extensão da Corporação (DISTRITO FEDERAL, 2016).

A materialização deste feito se daria por meio da criação de núcleos de extensão do ISCP em todos os Batalhões da PMDF, onde seriam realizadas as ações de análise criminal, gestão de projetos, estágio operacional supervisionado e outras ações de ensino e instrução no âmbito do Batalhão.

A criação desses núcleos seria precedida de um projeto piloto em 03 Unidades Operacionais em 03 realidades sócio-político-econômicas distintas como, por exemplo, Primeiro Batalhão de Policiamento Rural em Brazlândia, Segundo Batalhão de Policiamento Escolar no Gama e Sexto Batalhão de Polícia no centro de Brasília.

O projeto piloto deve seguir o Plano Estratégico da Corporação e a

Portaria PMDF 990/2016, por meio do sistema MG3P de metodologia de gestão e portfólios de programas e projetos adotada pela instituição. Teria uma tríplice direção do DOP por meio dos Comandos de Policiamento, DEC/ISCP, por meio da DAE e EM, por meio da Seção EM-10: Ensino. Porém, a gestão do projeto ficaria a cargo da DAE pela natureza de extensão acadêmica, conforme o escopo do projeto.

A DAE seria a agregadora desses projetos de extensão acadêmica. Com tais medidas, o ISCP poderá reivindicar junto ao MEC a elevação de seu status a Universidade aos moldes constitucionais e previstos também na LDB.

Nesse sentido, cabe mencionar que a universidade é a instituição de ensino superior que cumpre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contemplado na Constituição Brasileira de 1988 (art. 207). Ou seja, é a entidade que reúne essas três grandes temáticas de forma integrada, interdisciplinar e significativa.

Na lição de Neves (2002, p. 2-3), as Universidades são:

[...] instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral (art. 52 da lei nº 9.394/96). As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É conferida às universidades autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior; fixar os currículos de seus cursos e programas; aumentar ou diminuir o número de vagas, de acordo com a capacidade de atendimento e as exigências do seu meio; contratar e dispensar professores; estabelecer planos de carreira docente; elaborar e formar seus estatutos e regimentos, de acordo com as normas gerais em vigor; estabelecer programas de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; celebrar contratos como entidade jurídica; administrar receita pública e privada; e receber doações e heranças.

O ISCP tem essa vocação por ter sua gênese em uma instituição extensionista por natureza, a PMDF, na qual seu maior objeto de estudo é a relação proeminentemente da prática da Polícia com a sociedade. Desde os primórdios da PMDF no Corpo de Quadrilheiros que há essa sinergia polícia-sociedade. É certo que no passado era uma relação de medo, mas, ainda assim muito próxima. A literatura popular é vasta em mencionar comunidades pequenas nas quais havia sempre a presença de um policial militar, um Cabo ou um Sargento, que ali representava a ordem e a lei.

Na PMDF, a prática extensionista se agrega com ações sociais desenvolvidas de forma centralizada e alinhada ao Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 (Portaria PMDF nº 976 de 30 de junho de 2015) sob a gestão do Centro de Políticas Públicas (CPP) em estreita parceria com a pró-reitoria de extensão e com os diversos Batalhões da PMDF. Ocorre que a atividade de extensão pode e deve ampliar-se para outros horizontes na PMDF.

CONCLUSÃO

A importância estratégica da extensão acadêmica para a PMDF foi o que

se analisou na presente pesquisa científica. O problema respondido foi: *qual é a importância estratégica da extensão acadêmica, enquanto prática pedagógica da educação superior, na PMDF?* Com base nos resultados obtidos pode-se afirmar que se confirmou a hipótese de que a extensão acadêmica na PMDF tem importância estratégica, pois é instrumento eficiente, eficaz e efetivo para interligar a atividade fim prestada pela Corporação ao ISCP, como fonte de ensino e pesquisa da Corporação, o que fortalece a Ciência Policial como ramo de conhecimento humano, institucional, organizacional e profissional.

Chegou-se à conclusão de que se faz necessária e imperiosa a criação, por mecanismo regulamentar, de núcleos de extensão nas unidades operacionais (Batalhões) da PMDF com intrínseca ligação com o ISCP, fonte de ensino e pesquisa, o Estado Maior da Corporação (EM), fonte da estratégia institucional, e o Departamento Operacional (Dop), gestor da atividade fim, como maneira efetiva de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade bem como desenvolver atividade de extensão que venha a alçar o ISCP à categoria máxima do ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005**. Institui a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, [...] altera as Leis nºs 7.289, de 18 de dezembro de 1984 [...] e dá outras providências. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11134.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009**. Dispõe sobre os militares da PMDF [...] e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12086.htm#art123> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Parecer 068 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de março de 2013**, que autoriza o curso de Bacharelado em Ciências Policiais no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme publicado no Diário Oficial da União dia 12 de junho de 2013.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 716, de 8 de agosto de 2013**. Credencia o Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF. Disponível em: <http://iscp.pm.df.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Portaria_de_credenciamento_d_o_ISCP.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Processo nº 23001001734/94-64-MEC**, publicado no DOU nº 104 de 01 de junho de 1995.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC). **Portaria nº 405, de 30 de agosto de 2013**. Autoriza o curso superior de graduação de Bacharelado em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF. Disponível em: <http://iscp.pm.df.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Portaria_Ci%C3%A7ncias_Policiais_e_Tecnologias_ISCP.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio (coord). **Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB. **Política Institucional de Extensão e Integração Comunitária do UNICEUB**. A formação do egresso para o desenvolvimento social sustentável. Brasília: Dupligráfica, 2007.

CRUZ, Carlos Alberto da e CARVALHO, Renata Innecco Bittencourt de. **A revolução na extensão universitária**. In MACEDO, Arthur Roquete de (org). **O impacto dos centros universitários no ensino superior brasileiro 1997 - 2007**. Brasília: Carbono 4 Comunicação, 2007.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.010, de 12 de fevereiro de 1988.** Regulamenta a criação da Academia de Polícia Militar de Brasília. Brasília: GDF, 1988.

_____. **Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010. REVOGADO.** Disponível em: <http://iscp.pm.df.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Decreto_31.793.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016.** Regulamenta o inciso II do art. 48 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, definindo os órgãos de apoio e de execução da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2124.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. PMDF. **Portaria nº 205 de 17 out. 1998.** Normatiza a concessão de horário especial ao servidor militar estudante da Corporação. Revogada pela Portaria PMDF Nº 989, de 30 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/473.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. PMDF. **Portaria nº 671, de 21 jul. 2009.** Alterada pela Portaria PMDF nº 702, de 22 de março de 2010. Dispõe sobre as regras de suspensão de bolsa e ressarcimento ao erário pelo policial militar bolsista do Curso de Tecnologia em Segurança e Ordem Pública - Projeto Policial do Futuro. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/1651.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. PMDF. **Portaria nº 908 de 14 mai. 2014.** Aprova as Matrizes Curriculares do Curso de Formação de Oficiais – CFO – e do Bacharel em Ciências Policiais. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2017.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. PMDF. **Portaria nº 976 de 30 jun. 2015.** Altera a Portaria PMDF nº 742, de 27 de maio de 2011, que instituiu o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal 2011-2022. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2093.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. PMDF. **Portaria nº 990 de 30 dez. 2015.** Institui a Metodologia de Gestão de Portfólio de Programas e Projetos Institucionais da Polícia Militar do Distrito Federal (MG3P/PMDF) e dá outras providências. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2107.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

DOS ANJOS, Eufrosino Amador. **Segurança pública – unificação das polícias militares, bombeiros militares e polícia civil – um enfoque na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) – visão constitucional, história, unidades operacionais, legislação e princípios administrativos no âmbito de cada instituição.** 2013. Dspace.idp.edu.br. Disponível em: <<http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/820>> Acesso em: 08 jul. 2017.

MEDEIROS, Sérgio Monteiro. **Prescrição de ação de improbidade contra militar.** Disponível em: <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n-36->

edicao-especial-2011/prescricao-de-acao-de-improbidade-contramilitar/atdownload/file>
Acesso em: 08 jul. 2017.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. A educação superior no Brasil**, p. 43-106, 2002. Disponível em: <http://naipedigital.com/fid/images/docencia/moduloIII/Apostila_2_Alunos.pdf> Acesso em: 08 jul. 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987-2000**. Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (*site*). **Identidade Estratégica**. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.pm.df.gov.br/site/index.php/institucional/lorem-ipsum-ii/identidade-estrategica>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

THE STRATEGIC IMPORTANCE OF ACADEMIC EXTENSION FOR FEDERAL DISTRICT MILITARY POLICE

ABSTRACT: The theme dealt with was the strategic importance of the academic extension for the Military Police of the Federal District (PMDF) from the accreditation of the Higher Institute of Police Sciences (ISCP). The overall objective is to demonstrate the strategic importance of extension to the PMDF to elevate ISCP. As specific objectives, know and analyze the teaching in PMDF and its history and; relate PMDF end activity with academic extension. Documentary and bibliographical analysis was used. The extension in the PMDF occurs in the end activity and in the social actions practiced in the institution through the creation of extension nuclei. As a result, it is essential to adopt measures to relate ISCP teaching and research with the PMDF operational area.

Keywords: Higher Institute of Police Sciences. Federal District. Extension. Strategy.

Recebido em 31 de julho de 2019

Aprovado em 06 de novembro de 2019